



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

PROCESSO N.º 18912/2011

PARECER N.º 750/2021–G1P/DA

EMENTA: Auditoria Operacional. Gestão das Unidades de Conservação Ambiental – UCs de responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Implementação, fiscalização e proteção da UCs. Determinações. Análise do cumprimento do item III da Decisão nº 4.811/2020. Necessidade de continuidade do acompanhamento.

Cuidam os autos de Auditoria Operacional realizada no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) e no Jardim Botânico de Brasília (JBB), para avaliar, no âmbito do Distrito Federal, a gestão das Unidades de Conservação Ambiental (UC) sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF), no que concerne aos aspectos de implantação dessas áreas e em relação à fiscalização e proteção de seu patrimônio.

2. Pela Decisão 4811/2020, o Tribunal decidiu:

I. tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 489/2020-IBRAM/PRESI (e-DOC 8FD75B43-c), enviado pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – Ibram; b) do Ofício n.º 509/2020-CACI/GAB (e-DOC 3EE0E80F-c), encaminhado pela Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF; c) da Informação n.º 66/2020-DIGEM2 (e-DOC C9F394B3-e); d) do Parecer n.º 847/2020-GP1P (e-DOC 3E336AB0-e); e) dos demais documentos carreados ao feito; II. considerar satisfatoriamente atendido o item III da Decisão n.º 3.466/2019; III. determinar à Caci/DF: a) com espeque no art. 18, incisos VIII e XIII, do Decreto Distrital n.º 39.610/2019, que continue a adotar as medidas necessárias para que haja a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal n.º 9.985/2000 e do art. 2º do Decreto Federal n.º 4.340/2002, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei Federal n.º 9.985/2000 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar Distrital n.º 827/2010, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto às providências tomadas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias; b) que disponibilize a esta Corte todos os documentos mencionados nos esclarecimentos prestados ao Tribunal ou insira tabela indicando os respectivos códigos verificador e CRC; IV. autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 66/2020-DIGEM2 e desta decisão à Caci/DF, ao Ibram e à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, para subsidiar o cumprimento das diligências; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências pertinentes.

3. Adiante, em atendimento ao *decisum* supra, a Casa Civil do Distrito Federal – CACI encaminhou o Ofício 413/2021 - CACI/GAB, de 07/05/2021 (peça 329) e seus anexos (peças 289/328), informando:

“(…) Sobre o tema, foram chamadas a ser manifestar a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

Em resposta, a TERRACAP, no Ofício nº 958/2020 - TERRACAP/PRESI/GABIN (52099365), ratifica e encaminha as informações prestadas por sua Diretoria Técnica, que elaborou o Despacho - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (52011349), que remete as informações prestadas pelo Núcleo de Análise Fundiária da sua Gerência de Cartografia, Geoprocessamento e Topografia (51826095 e 51826095) e pelo Núcleo de Análise Ambiental da sua Gerência de Meio Ambiente (51877075). Nas referidas manifestações, restou consignado que as medidas adotadas pela Companhia estão sendo feitas nos processos 00111-00002756/201819 e 00002-00001375/2019-59.

Em síntese, a TERRACAP esclarece que foi elaborada uma listagem prioritária com 20 unidades de conservação nas quais está trabalhando para atendimento da demanda (21449241), conforme informado no Relatório de Cumprimento da Decisão nº 1282/2018 (10037043) e que, em algumas delas, os trabalhos técnicos já foram finalizados, nos termos constantes do documento 51822426.

Por sua vez, o IBRAM remete as seguintes informações de suas áreas técnicas: manifestação da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (58170432); despacho da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento (59084409); manifestação da Diretoria de Fiscalização II (59084971); Relatório de Auditoria e Fiscalização, elaborado pela Diretoria de Fiscalização II (59085180); manifestação da Diretoria de Fiscalização III (59085300); manifestação da Procuradoria Jurídica (59085739); relatórios operacionais da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento (59085907) e da Diretoria de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (59086104); e o Planejamento de Incêndios Florestais para 2021, elaborado pela Diretoria de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (59086290).

Informo que todos os documentos citados seguem anexos (...)"

4. Quanto aos anexos do Ofício 413/2021 - CACI/GAB, as peças 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 324, 325, 326 e 327 se referem a expedientes de trâmites administrativos.

5. Para os demais, constam as seguintes informações:

a) Nota Técnica N.º 41/2021 - CACI/SPG/UDOC (peça 328): apresenta o conjunto de ações adotadas pela TERRACAP, pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM e pelo Jardim Botânico de Brasília em razão das Decisões nº 1.282/2018 (Processo SEI nº 00111-00002756/2018-19) e nº 345/2019 (Processo SEI nº 00002-00001375/2019-59), com disponibilização dos respectivos relatórios;

b) Plano de Trabalho - IBRAM/PRESI/SUCON/DPCIF PLANEJAMENTO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS PARA 2021 (peça 323): descreve medidas a serem adotadas com ênfase na contratação de agentes para Brigada Florestal, na prevenção de incêndios, no Plano Operativo de Combate a Incêndios e no Monitoramento das áreas que sofreram queimadas;

c) Relatório de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – 2020 (peça 322);

d) Relatório Operacional (peça 321): Força Tarefa GDF, conforme DECRETO N.º 41.849, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2021 e DECRETO N.º 41.874, DE 08 DE MARÇO DE 2021, que institui toque de recolher das 22h às 05h, em todo Distrito Federal, no período agudo da pandemia de COVID-19. Operação realizada em 28/02/21 a 15/03/21;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

e) Manifestação 9248 - DIFIS III (peça 320): o presente documento foi elaborado para informar ao TCDF e à SUFAM, quais as ações fiscais foram realizadas no âmbito da Diretoria de Fiscalização III e quais providências serão tomadas por esta, em relação às Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação, para as atividades de parcelamento do solo. Em especial, aborda questões vinculadas à Estação Ecológica de Águas Emendadas, à Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília e ao Planejamento das ações futuras daquela Unidade;

f) Relatório de Auditoria e Fiscalização - RAF N° 272/2020 - IBRAM/PRESI/SUFAM/DIFIS-II (peça 319): apresenta ação fiscal na SHIS QI 17, Conjunto 3 e Conjunto 4 com interferência em área da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília;

g) Relatório de Ações Fiscais do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - Diretoria de Fiscalização II (peça 318): elaborado para demonstrar as ações realizadas nas principais unidades de conservação do DF, em especial naquelas de proteção integral com maior índice de preservação e para verificar a possibilidade de destacar servidor para ficar exclusivo e em contato com agentes de parque das UCs de proteção integral, a fim de coletar e reprimir os principais passivos. Neste último caso, relata a impossibilidade de atendimento, considerando o reduzido quantitativo de auditores lotados naquela Unidade de Fiscalização;

h) Despacho – IBRAM/PRESI/SUFAM (peça 317): descreve a dinâmica do trabalho de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento das Unidades de Conservação do Distrito Federal. Cita, ainda, Relatório de atividades desenvolvidas, no período de 28/02/2021 a 15/03/2021, conforme Decreto n° 41.849/2021, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento ao COVID-19, no sentido de minimizar os efeitos da pandemia, dentre elas: - Conscientização da população e lojistas sobre as determinações de uso obrigatório de máscaras; - Verificação das medidas preventivas e os Monitoramentos de irregularidades nas unidades de conservação e repressões de excessos contrários ao determinado no Decreto n° 41.874/2021, que institui toque de recolher das 22h às 05h, em todo Distrito Federal, no período agudo da pandemia;

i) Manifestação da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (peça 316): apresenta as atividades realizadas em 2020, e as planejadas para os anos de 2021 a 2023. As atividades realizadas no tema Criação de UCs em 2020 foram:

-Criação e recategorização das UCs localizadas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho.

-Criação do Refúgio de Vida Silvestre Cachoeirinha e Coqueirão;

-Criação do Refúgio de Vida Silvestre Taboquinha;

-Criação do Monumento Natural do Rio Descoberto;

-Criação do Parque Distrital Pedra dos Amigos

Além disso, foram recategorizadas diversas de Unidades de Conservação. No tocante à Regularização Fundiária, foi criada a Gerência de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária pelo Decreto n° 41.687/2021, com objetivo de atuar na regularização fundiária das UCs do DF. No entanto, a mesma encontra-se com



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

limitação em sua atuação, tendo em vista que conta atualmente com apenas um servidor em seu quadro, que exerce o cargo de Gerente.

Por fim, são citados o Plano de Manejo das UCs do DF, bem como as medidas de planejamento para os exercícios de 2020 e 2021;

j) Despacho - TERRACAP/DICOM/GETOP/NUANF, de 02/12/2020 (peça 300): relata que o Núcleo de Análise Fundiária da Terracap já vem trabalhando a respeito da regularização fundiária e transferência de titularidade das Unidades de Conservação ao Governo do Distrito Federal tendo participado de várias reuniões em 2018 e 2019 (processo SEI nº 00002-00001375/2019-59), com base em outra solicitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal no Processo SEI nº 00111-00002756/2018-19 na qual foi elaborado uma listagem prioritária contendo 20 unidades iniciais (21449241);

k) Despacho SEI-GDF TERRACAP/DITEC/GETOP/NUANF Brasília-DF, de 04/11/2019 (peça 299): Traz dados individualizados de 20 unidades de conservação, conforme consta do Processo SEI nº 00111-00002756/2018-19;

l) Nota Técnica N.º 29/2020 - CACI/SPG/UDOC, de 23/11/2020 (peça 290): Descreve a concordância das Jurisdicionadas com as sugestões feitas pelo Controle Externo e as medidas a serem adotadas.

6. Na sequência, pela Informação 59/2021 – Digem1 (peça 330), o Corpo Técnico, observou que as Jurisdicionadas, ***“sob coordenação da Casa Civil do DF, continuam buscando a implementação das determinações feitas pelo TCDF, mesmo com o acréscimo dos desafios impostos pelo período de pandemia da COVID-19, como se extrai dos diversos documentos anexos ao Ofício N.º 413/2021 - CACI/GAB, de 07/05/2021 (peça 329), em especial as informações constantes das peças 299 (dados individualizados de 20 UCs), 316 (atividades realizadas em 2020 e planejadas para 2021/2023) e 328 (ações adotadas pela TERRACAP, pelo IBRAM e pelo JBB”.***

7. Assim, sugeriu ao Plenário:

I - tomar conhecimento do(a):

a) presente Informação;

b) Ofício N.º 413/2021 - CACI/GAB, de 07/05/2021 (peça 329) e seus anexos (peças 289/328);

II. considerar atendido o item III.b da Decisão nº 4.811/2020;

III. reiterar à Casa Civil do Distrito Federal – CACI/DF os exatos termos do item III.a da Decisão nº 4.811/2020, inclusive quanto ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a remessa de informações;

IV. autorizar:

a) a ciência da decisão que vier a ser proferida ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, ao Jardim Botânico de Brasília – JBB e à TERRACAP;

b) o retorno dos autos à Segem para os devidos fins.

8. Foi o breve relato. Passo a opinar.

9. De início, cumpre ressaltar que a Casa Civil, cumprindo o disposto no item III.b



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Primeira Procuradoria

da Decisão 4811/2020, disponibilizou toda a documentação referenciada. Assim, a mencionada determinação pode ser avaliada como cumprida.

10. De outra banda, em face das informações prestadas, notadamente as peças 329, 299 (dados individualizados de 20 UCs), 316 (atividades realizadas em 2020 e planejadas para 2021/2023) e 328 (ações adotadas pela TERRACAP, pelo IBRAM e pelo JBB), conforme avaliado pela Instrução, constata-se que as jurisdicionadas, no âmbito de suas competências, continuam em diligência para implantação daquilo que fora determinado pela Corte.

11. Dessa maneira, em razão da não conclusão dos procedimentos estabelecidos, principalmente no que toca à regularização fundiária das Unidades de Conservação do DF, correta a sugestão de que o Plenário autorize a continuidade do acompanhamento das ações adotadas pelas Jurisdicionadas, sob coordenação da CACI, reiterando-se, por conseguinte, os termos do item III.a, da Decisão nº 4.811/2020.

12. Ante o exposto, este representante do *Parquet* especializado **coaduna** com as conclusões alcançadas pela Unidade Técnica no âmbito da Informação 59/2021 (peça 330).

Brasília, 8 de novembro de 2021.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador